

O que se pode esperar da educação sexual em meio escolar no Brasil e em Portugal: representações sociais dos professores sobre as políticas educativas

Rosana de Sousa PATANÉ
Doutoranda do Departamento de Educação da
Universidade de Aveiro
Bolseira FCT /SFRH/BD/48813/2008
rosanapatane@ua.pt

Resumo

A sexualidade humana sempre foi alvo de controlo social. Suas regras morais foram sendo construídas ao longo dos momentos históricos e de suas transformações sociais se constituiu o que designamos de educação sexual. Em nosso actual mundo globalizado não tem sido diferente. As políticas de Estado defendam em seus discursos, uma visão mais progressista, compreensiva e integrada à outras áreas de aprendizagem como os valores, os afectos, as questões de género, a estrutura de personalidade e as competências pessoais e sociais, no entanto, não se distanciaram por completo das prescrições, das normas e das regras que marcam a existência de instrumentos disciplinares e da herança dos discursos normalizadores. Nesse sentido, o estudo comparativo entre Portugal e Brasil identificou através da metodologia da análise de conteúdo os seguintes pontos: o controlo social da sexualidade que estabelece um conjunto de prescrições, normas, recomendações e orientações para a realização de actividades educativas e a definição de posturas profissionais adequadas para os agentes educativos escolares. Os resultados obtidos foram: a) dos governos Português e Brasileiro impõem uma lógica de controlo sobre o trabalho dos professores com o tema da educação sexual; b) combinação contraditória entre os discursos de disciplinação e o discurso de uma educação sexual compreensiva. Tais resultados que nos indicaram a necessidade de buscar em investigações futuras que representações sociais os professores, como principais executores das políticas educativas, conservam sobre as legislações.

Palavras-chave: *políticas de educação sexual, discursos, normativos.*

Abstract

Human sexuality has always been target of social control. Its moral rules were built along historical moments, changes in society and formed what we call sex education. In our current globalized world it has not been different. State policies advocate in their speeches a more progressive, comprehensive and integrated approach to other learning areas such as values, affect, gender issues, personality structure, personal and social skills. However not far from requirements, standards and rules manifest in disciplinary instruments and in the heritage of normalizing discourses. Hence, the comparative study between Portugal and

Brazil identified through the methodology of content analysis, the following points: the social control of sexuality that establishes a set of requirements, standards, recommendations and guidelines for the implementation of educational activities and the definition of professional positions suitable for school educational staff. The results were: a) Portuguese and Brazilian governments impose the logic of control over sex education teaching. b) A contradictory combination between the disciplinary discourse and the discourse of a comprehensive sex education. These results points out the need to pursue in future research which social representations, teachers as main enforcers of educational policies, retain on legislation.

Keywords: *policies sex education, discourse, normatives.*

1. Enquadramento Teórico

Os sistemas educativos brasileiro e português ao incluírem nos currículos a questão da sexualidade procuraram apresentar propostas alinhadas à perspectiva da transversalidade no sentido de articular a função tradicional educativa da escola ao desenvolvimento das potencialidades humanas como uma tendência das novas concepções pedagógicas das Ciências da Educação.

O avanço das tecnologias de contraceção e, também, das tecnologias de comunicação de massa, em especial da e da micro informática, acarretaram mudanças de paradigmas e mudanças nos costumes relacionados com o comportamento sexual, até então, muito marcado por valores conservadores sexistas homofóbicos e heterossexistas¹.

Mas, o aparecimento da Aids/Sida no plano mundial, a partir dos anos 80, ocasionou um outro modo de pensar as relações de intimidade em função das questões de saúde. Dois foram os efeitos: um voltado para a adoção de um comportamento sexual seguro, e um outro, que acabou por revitalizar valores conservadores tomados como princípios e pilares para a organização da sociedade que suportaram tabus e preconceitos em relação à sexualidade, principalmente, dos indivíduos homossexuais e dos profissionais do sexo.

¹ Segundo Alferes (2002) foi no séc. XIX em que houve todo um esforço em definir o que se constituía como “anormalidade” e “normalidade” em relação à sexualidade, que emergiu a divisão rígida entre homossexual e heterossexual. O heterossexismo é a garantia do bem da espécie e significava a afirmação de um exercício da sexualidade num *padrão ótimo* (Foucault 2003). Para além deste conceito, destaca-se a *teoria do discurso das lutas das raças*, que o mesmo autor emprega para dissertar a respeito dos mecanismos e dispositivos que fizeram da sexualidade um alvo da disputa de poder, materializado na divisão entre heterossexuais e homossexuais no que concerne ao campo do social, do político e do jurídico, como regiões de desigualdade entre os sujeitos membros de uma mesma raça - a dos Homens. Uma divisão que se desdobra em uma super-raça (a dos heterossexuais) e em uma sub-raça (a dos homossexuais) segundo Foucault (2002). O heterossexismo, assim, relaciona-se com o sistema ideológico que assume a heterossexualidade como superior, promovendo a opressão, negação e discriminação das pessoas de orientação sexual diferente da heterossexual. Já a homofobia entende-se como o medo, o desprezo e o ódio generalizado aos homossexuais, por representarem a ameaça aos sistemas de utilidade e de disciplina dos corpos sobre as condutas sexuais e as regulações das populações.

A idéia de sexo seguro provocou a emergência de uma outra lógica de organização e de manutenção das relações íntimas. No entanto, o segundo, reforçou discursos de ordem fundamentalista e moralista que se consagraram e se legitimaram como valores da família desde os séculos XVIII e XIX com a ascensão e a afirmação das sociedades industriais e disciplinares, como salienta Michel Foucault em sua obra *História da Sexualidade I – a vontade de saber*, 2003).

Vale destacar que é neste mesmo período que o tema da educação sexual assume uma importante relevância como uma das principais componentes da Educação para a Cidadania dentro do novo contexto de mundo globalizado. Os discursos das políticas educativas passaram a intensificar a questão da sexualidade como um sector vital, não apenas do ponto de vista da saúde e dos cuidados com o corpo para conservação da saúde para a reprodução humana, mas, como um ponto essencial para a compreensão da personalidade do ser humano.

As novas propostas de educação e de formação, deste modo, passaram a se concentrar em modelos mais focalizados sobre as aprendizagens que deveriam propiciar a construção de habilidades e de competências necessárias para se enfrentar os novos desafios deste século, principalmente em termos de relações humanas.

2. Metodologia: a análise de conteúdo e as incongruências reveladas

Elegemos como nosso problema a existência de uma contradição entre o que os documentos oficiais destacam em relação à Educação Sexual em contexto escolar, assente numa perspectiva de autonomia, responsabilização e a aquisição de competências pessoais e sociais para o exercício da sexualidade e a real intenção dos governos de Portugal e do Brasil quanto às estratégias e determinações relativas à sistematização do trabalho pedagógico.

Realizamos um estudo com a intenção de compreender através dos documentos oficiais que nos referimos a pouco, como o modelo de educação sexual nas escolas, vem sendo desenvolvido em ambos os países citados neste estudo, buscando realçar como o modelo centrado na perspectiva patogênica e médico-preventiva que apostava na difusão da informação de qualidade para a mudança de comportamentos considerados lesivos à saúde, principalmente em relação à sexualidade, ainda são predominantes entre as práticas educativas que as metodologias participativas para a realização de intervenções que resultem numa sensibilização satisfatória traduzida nas mudanças de pensamento e de atitude.

Começamos por apontar como uma das incongruências, o fato das propostas dos governos valorizarem em demasiado as ações diretas de política de saúde em detrimento das dos aspectos relacionados com a personalidade humana, sob o pretexto de estarem trabalhando a nova perspectiva de modelo de atenção à saúde².

² Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: atitude pra curtir a vida. O Censo Escolar 2005 levantamento das ações em DST/AIDS, Saúde Sexual e Reprodutiva Drogas. Consultado em www.aids.gov.br acessado em 20 de Agosto de 2008.

Destacamos este fato porque encontramos “sinais” de um pensamento alinhado com o que Foucault destaca como “medicalização dos corpos”, conforme o excerto abaixo:

Temas como sexualidade, direitos reprodutivos e prevenção das DST e do HIV/aids encontram importantes referências na produção acadêmica e na reflexão que governos, organismos não-governamentais e organizações internacionais empreendem para fomentar comportamentos de prevenção e promoção da saúde e para a luta pelo controle da epidemia. Por outro lado, essas abordagens buscam ser ferramentas de transformação social, em que professores e alunos fazem parte de um contexto interativo de sujeitos sociais [...] A preocupação por incorporar políticas de prevenção de DST/HIV/aids nos ambientes escolares do país, o fato de ter sido criado um programa que articula esforços do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, na incorporação de conteúdos sobre saúde e sexualidade no currículo do ensino fundamental e do ensino médio, significa vigorosa conquista na trajetória de mobilização da sociedade brasileira para controlar e diminuir os efeitos da epidemia de HIV/aids, ao passo que se redefinem as estratégias de formulação e implementação de políticas públicas setoriais. Tal é o caso dos Parâmetros Curriculares Nacionais, criados pelo Ministério da Educação (1998) [...] (Censo Escolar 2005, 2007, p.11).

As preocupações do governo brasileiro estão centradas nos intervenientes que vem atuando sobre os processos de socialização e formação das identidades dos cidadãos neste início de século XXI e, principalmente, com a população de 10 a 24 anos em função dos altos índices de infecção por HIV/DST (VIH/SIDA) não só por vias sexuais, mas, por transmissão vertical, além dos altos índices de gravidez indesejada na adolescência e do aumento das práticas de aborto clandestino, segundo Berquó (2005 citada por Brasil, Ministério da Saúde e da Educação, 2007).

O comportamento sexual dos jovens brasileiros, segundo esse mesmo estudo de Berquó (2003), revelou que a idade com que as jovens do sexo feminino costumavam ter a sua primeira relação sexual deixou de ser acima dos 16 anos como era apontado entre os anos de 1991 e 2000 e passou a rondar a faixa dos 13 aos 15anos, conforme o Censo Escolar 2005:

Os dados disponíveis sobre a iniciação sexual dos adolescentes, que ocorre, em termos nacionais, entre os 14 e os 15 anos para meninos e meninas respectivamente, constitui também um fator importante de conscientização entre os gestores federais, estaduais e municipais para tomar medidas que visem ao desenvolvimento da saúde integral a partir dos espaços escolares e um alerta para a necessidade de se encontrar meios mais eficazes para a educação sexual dos jovens (Brasil, Ministério da Saúde et al., Censo Escolar 2005, 2007:11).

Em se tratando dos Relatórios Preliminar e Final do GTES (2005; 2007) a perspectiva da Educação para a Saúde é o principal mote do Despacho n.º 19737/ 2005 (2.ª série) que anuncia em seu primeiro parágrafo que: “entre os objectivos prioritários de política educativa, a promoção da saúde global da população escolar, é nomeadamente uma das múltiplas responsabilidades da escola actual [...] no que respeita à educação para a saúde, para a sexualidade e para os afectos” (p.1).

No mesmo Despacho é mencionado que o Relatório do GTES segue as considerações e as recomendações do DL 259/2000, como também, do documento *Linhas Orientadoras*, apesar

do mesmo ter sido contestado e ter sido alvo de críticas, por veicular a aplicação de temáticas delicadas em relação a manifestação da sexualidade para a aceitação da comunidade escolar e dos pais, conforme se afirma no referido Despacho:

Considerando ainda a sensibilidade com que as temáticas em apreço são acolhidas na opinião pública, importa que a definição dos modelos de aplicação e a efectivação de uma educação sexual em meio escolar sejam alicerçadas nas orientações de um conjunto de especialistas nestas matérias.

Nesse sentido, importa, desde já, criar um grupo de trabalho no âmbito do Ministério da Educação com o objectivo de estudar e propor os parâmetros gerais dos programas de educação sexual em meio escolar, na perspectiva da promoção da saúde escolar. (Portugal, Despacho n.º 19737/ 2005, 2.ª série, p.1)

O Relatório do GTES (2007) reitera muitas considerações do Relatório Preliminar e reforça uma visão de saúde abrangente e comprometida com a promoção de melhores condições e qualidade de vida como de convivência, desde a relação do *eu* consigo próprio, a relação do *eu* com o mundo e o fomento as estratégias de desenvolvimento de uma política educação para a saúde, na qual se inclui e se desenvolve todo um conjunto de ações para viabilizar a promoção de uma educação para a sexualidade e para os afetos como algo benéfico, inerente à vida, múltiplo em suas formas de manifestar, diverso em sua maneira de ser e compreensivo e responsável em sua maneira de agir.

3. Resultados Principais

O estudo comparativo entre Portugal e Brasil identificou através da metodologia da análise de conteúdo os seguintes pontos: o controlo social da sexualidade que estabelece um conjunto de prescrições, normas, recomendações e orientações para a realização de actividades educativas e a definição de posturas profissionais adequadas para os agentes educativos escolares. Os resultados obtidos foram: a) dos governos Português e Brasileiro impõem uma lógica de controlo sobre o trabalho dos professores com o tema da educação sexual; b) combinação contraditória entre os discursos de disciplinação e o discurso de uma educação sexual compreensiva. Tais resultados que nos indicaram a necessidade de buscar em investigações futuras que representações sociais os professores, como principais executores das políticas educativas, conservam sobre as legislações.

Ressaltaram de nossas análises a intenção dos governos de manterem instrumentos disciplinadores no trabalho de sistematização pedagógica a partir de um controle sobre os agentes educativos escolares. Um traço que revitaliza os modos tradicionais de trabalharem os processos educativos e de socialização através da escola, que muito se difundiu em Portugal e no Brasil durante os regimes de Ditadura.³

A incongruência que realçamos consiste na estratégia dos governos de saberem utilizar de modo funcional o discurso que se alinha com a compreensão do exercício da sexualidade dentro de uma visão crítica, reflexiva, emancipatória e holística aos ditames e aos interesses

³ Portugal atravessou um período de Ditadura entre 1926 e 1974 e o Brasil um regime de Ditadura de 1930-1934 (Ditadura do Estado Novo) e de Ditadura Militar entre 1964 e 1985.

das políticas de regulação visando a coesão social. Uma estratégia imposta pelos valores do capitalismo, que mesmo hoje, na era da globalização não se distanciaram da herança dos modelos de normalização das sociedades disciplinares impostos a instituições sociais como a escola e a família nos séculos XVIII e XIX, que encararam a questões do campo da sexualidade como um “negócio de Estado” (Foucault, 2003).

4. Considerações e Implicações

De um modo geral, os documentos declararam que a escola deve propiciar aos educandos o acesso à informação científica sobre a sexualidade e uma aprendizagem que não pode estar restrita aos aspectos anátomo-fisiológicos e a questão da prevenção às DST/ITS⁴ e a AIDS/SIDA, mas, um processo que viabilize a aquisição de conhecimentos de forma holística e também possibilite a crítica aos preconceitos e a todas as formas de discriminação que sustentam os tabus, os estereótipos e as desigualdades de gênero, assim como, as atitudes que propiciam a ocorrência de abuso sexual e a violência associada ao gênero nos relacionamentos afetivos-sexuais.

Porém, são contraditórios quanto ao que realmente desejam em relação ao trabalho pedagógico dos professores face ao tema da Educação Sexual. Pois, de um lado, realçam que o professor deve buscar conhecimentos que lhe permitam trabalhar com os educandos idéias sobre atitudes e aquisição de valores democráticos e pluralistas, bem como de responsabilidades que se implicam às questões de saúde sexual e saúde reprodutiva, e, por outro lado, os mesmos documentos, salientam claramente a obrigação que cabe ao professor de se preocuparem com a sua postura para o desempenho com o tema que não venha colidir com os objetivos das políticas disseminadas pelo Estado.

Em síntese, salientamos que no contexto atual a estratégia utilizada pelos governos para estabelecer o controle dos corpos (disciplinação, biopolítica e biopoder) é aquela que faz uso do próprio discurso dos valores democráticos e pluralistas em voga para exigir, por um lado, que o professor trabalhe de modo transversalizado e interdisciplinarizado com as questões da sexualidade e, por outro, mude a sua própria postura e pensamento para se “adequar” às determinações governamentais, sem que enfatize uma política de formação inicial e permanente que seja coerente com as necessidade de apoio técnico requeridas para a construção de uma educação para e em sexualidade pautadas numa perspectiva emancipatória e holística.

Referências

Alferes, V. R. (1996) A pedagogização do sexo. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 30,1.

Alferes, V. R. (2002) *Encenações e comportamentos sexuais – para uma psicologia social da sexualidade*. Porto: Afrontamento.

⁴ Portugal adota a designação de Infecções de Transmissão Sexual (ITS), uma vez que permite incorporar as situações em a pessoa esteja infectada pelo VIH, mas não esteja a manifestar a SIDA, de acordo com o documento Educação Sexual em Meio Escolar -Linhas Orientadoras – ESMELO, 2000, p.29

Amado, J. (2000) A técnica da análise de conteúdo. *Revista Referência da Escola Superior de Enfermagem de Coimbra*, 5, 53-63.

Foucault, M. (2003) *A história da sexualidade I: a vontade de saber*. São Paulo: Editora Graal.

Foucault, M. (2003a) *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.

Grupo de Trabalho de Educação Sexual – GTES (2005) *Relatório Preliminar do Grupo de Trabalho de Educação Sexual criado no âmbito do Despacho 19737/2005*. Lisboa. Autor: Acedido em 8 de Julho de 2008, de http://www.dgidc.min-edu.pt/EducaçãoSexual/Relatório_Preliminar_ES_31-10-2005.pdf.

Grupo de Trabalho de Educação Sexual – GTES (2007) *Relatório Final do Grupo de Trabalho de Educação Sexual*. Lisboa. Autor: Acedido em 8 de Julho de 2008, http://www.dgidc.min-edu.pt/EducaçãoSexual/Relatório_Preliminar_ES_07_09_2007.pdf. (Pesquisa em Julho de 2008).

Ministério da Saúde, UNESCO, UNICEF, UNFPA (2007) *Censo Escolar 2005 – Levantamento sobre as ações em DST/Aids, Saúde Sexual e Reprodutivas e Drogas. Instrumento do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas: atitude pra curtir a vida (SPE)*. Brasília, DF: Autor. Acedido em 7 de Janeiro de 2009, de http://www.unicef.org/brazil/pt/SPE_Guia_Diretrizes.pdf